



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA VENEZUELA: O QUE ESTÁ EM JOGO?



Dossiê #4 do Tricontinental
Maio de 2018

O povo venezuelano é quem decide nas eleições presidenciais na Venezuela: na mira da agressão imperial estadunidense

No próximo domingo, 20 de maio, uma nova eleição presidencial será realizada na Venezuela; o quinto desde o triunfo de Hugo Chávez em 1998 e o segundo desde sua morte em 2013. O processo da chamada Revolução Bolivariana enfrenta, mais uma vez, um momento decisivo.

Ela ocorrerá em um contexto marcado pela intensificação do intervencionismo imperial promovido pelo governo de Donald Trump e seus efeitos de desestabilização econômica e crescente belicismo por grande parte da oposição, e que hoje se expressa na implantação de uma campanha interna e externa que pretende impedir, frustrar, deslegitimar ou ignorar as próximas eleições.

Um contexto também caracterizado por dificuldades socioeconômicas. E pela recuperação da iniciativa democrática do governo de Nicolás Maduro, que ratificou, a partir da votação da Assembleia Nacional Constituinte, em meados de 2017, sua capacidade de mobilizar o apoio popular.

Ocorrerá também em um momento de avanço de uma ofensiva neoliberal em escala regional e global, que promove uma transformação estrutural regressiva sob um renovado “Consenso de Washington” e que inclui os processos de integração para os quais a Venezuela Bolivariana contribuiu significativamente, como mostra a recente retirada de seis governos latino-americanos conservadores da UNASUL.

Nas disputas em torno das eleições venezuelanas, maio concentra as complexidades, conflitos e desafios que enfrentam os projetos de soberania, justiça e democracia em nossa América. No texto que se segue, apresentamos uma reflexão introdutória sobre o assunto; bem como no final do documento são indicados outros textos e portais que podem ser consultados para aprofundar o tema.





FOTO: Rafael Stedile

A democracia venezuelana sob cerco

Desde o final de 2015, o confronto entre o Chavismo e a oposição – com o triunfo do último nas eleições parlamentares – tem se projetado na esfera estadual como conflito entre o executivo e o parlamento. Com a vitória do governo Trump no início de 2017, esta forma de conflito sociopolítico assumiu uma novo modo, desencadeando um processo de crescente violência nas ruas liderada por alguns setores da oposição que buscavam a saída a todo custo do governo de Nicolás Maduro reeditando os passos do chamado “golpe suave”. Manifestações, atentados a prédios públicos, bloqueios de ruas e bairros, barricadas, crimes de ódio contra supostos chavistas, saques, ações paramilitares, repressão policial, foram implantados, com diferente intensidade, por mais de 120 dias, de abril a junho, com a trágica consequência de 125 mortes.

A solução governamental para essa encruzilhada consistiu em promover a iniciativa democrática. Primeiro, com a convocação em maio para eleger uma Assembleia Nacional Constituinte que, realizada no meio do ano, mesmo com o boicote da oposição, teve uma participação de 41,5% das pessoas que tem direito ao voto (cadernos eleitorais), relevantes em um país onde a votação não é obrigatória. E continuou com a realização das eleições regionais no mês de outubro em que uma parte da oposição interveio. Com uma participação eleitoral de mais de 60% dos cadernos eleitorais, dos 23 governos estaduais em

jogo, o Chavismo obteve 18 governos, os cinco restantes com as forças da oposição e a nível municipal – de acordo com os resultados do Conselho Nacional Eleitoral, CNE – o Chavismo conquistou 54% dos votos.

Na mesma direção, a Assembleia Constituinte decidiu em janeiro deste ano postergar a data das eleições presidenciais. Constituída por representantes do chavismo, por causa do boicote da oposição, a decisão contemplou a própria demanda das forças de oposição. A convocação das eleições presidenciais revitalizou a mesa de diálogo entre o governo do presidente Maduro e a oposição, sob a mediação, entre outros, do ex-presidente espanhol Rodriguez Zapatero. No entanto, como aponta Atilio Boron, quando o acordo entre os dois estava quase concluído e prestes a ser anunciado, a oposição rompeu a negociação, levantando novas demandas (BORON, 2018). A sabotagem ao acordo, estimulada pelo governo de Donald Trump, motivou até mesmo uma carta pública do próprio Zapatero, segundo Boron, onde ele expressou sua surpresa e seu chamado para retomar o diálogo (Rodríguez Zapatero, 2018).

Apesar do novo boicote promovido pela oposição sob o impulso do governo dos EUA, cinco candidatos competirão nas eleições presidenciais de 20 de maio na Venezuela. De um lado, Nicolás Maduro, pelo Partido Socialista Unido da Venezuela e seus aliados; do outro, Henri Falcón, ex-governador de Lara e principal representante da oposição apoiado pela Avanzada Progresista, Movimiento al Socialismo (MAS) e uma fração do

tradicional Copei (partido social-cristão); também Reinaldo Quijada, da Unidad Política Popular 89, é apresentado como uma opção dentro do espaço da revolução bolivariana; e o empresário do setor de papel Luis Alejandro Ratti como candidato independente; e, finalmente, Javier Bertucci, para o partido Esperanza por el Cambio, que também lidera a igreja evangélica Maranatha.

Por sua vez, os grupos participantes assinaram um acordo que estabelecia diretrizes a serem garantidas pela CNE. Entre os mais salientes: o pedido à ONU para enviar uma missão de observadores, realizando auditorias de todo o sistema eleitoral com especialistas internacionais e equidade no acesso à mídia pública. De fato, a validade do resultado final dependerá do número de participantes presentes nas urnas. Como aconteceu em outras ocasiões, o Chavismo precisa considerar a eleição como uma ação popular; não se pode perder votos nem por desmobilização nem por excesso de confiança. Em contraposição, a candidatura de Falcón depende do apoio que ele recebe dos setores mais duros do anti-chavismo que estão divididos entre o boicote e a participação; e quanto pode expressar para aqueles que se encontram em uma posição menos polarizada, a marcha real da campanha eleitoral, a realização das eleições e sua fiscalização, e o reconhecimento de seus resultados estão sob cerco em um quadro de guerra não convencional que está sendo travada na Venezuela (Teruggi, 2018).



FOTO: Rafael Stedile

A guerra não convencional: se estreita o cerco militar e econômico

Após a globalização neoliberal da década de 1990 e suas fantosiosas promessas pacíficas do fim da história, o desdobramento das transformações neoliberais das últimas décadas tem sido desenhadas cada vez mais pela violência. Assim, as intervenções imperiais no Afeganistão e no Iraque e seus efeitos regionais de militarização das relações sociais significaram o surgimento de um neoliberalismo de guerra (Gonzalez Casanova, 2002) e a política promovida pelo governo Donald Trump resultou no uso da supremacia geopolítica e militar dos Estados Unidos para reverter seu declínio econômico (Katz, 2018).

Na mesma direção, no passado recente, como indicam Ceceña e Barrios, a faixa petrolífera do planeta foi ocupada por guerras que, mesmo com características diferentes, marcam uma área de intervenções militares e imperiais que seguem claramente a rota do petróleo (Ceceña e Barrios, 2018). Com uma das mais importantes reservas de hidrocarbonetos do planeta, a Venezuela não poderia ficar de fora desse mapa de recolonização e violência. É assim que João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, lembra, quando afirma que “ No fundo a disputa não é pelo governo Maduro, a disputa é pela renda petrolífera, que durante todo século XX foi apropriada indevidamente pelas empresas

estadunidenses e por uma minoria de oligarcas venezuelanos, que viviam como marajás... E isso acabou”. (Stédile, 2017).

Nos últimos meses, no contexto da iniciativa democrática que mencionamos anteriormente, os pesquisadores Ceceña e Barrios apontam para o reforço do cerco militar em torno da Venezuela com o uso de equipamentos, bases, exercícios e acordos de coordenação operacional; particularmente, com o recente exercício “AmazonLog 17” que, com a participação dos militares brasileiros, colombianos e peruanos, contou, pela primeira vez, com a presença declarada de tropas norte-americanas na região central da América do Sul (Ceceña e Barrios, 2018).

Contudo, as novas guerras, que os manuais do Pentágono batizaram de “guerra não convencional”, não são travadas apenas com forças militares ou envolvendo confrontos e negociações entre Estados. As guerras do século 21, segundo Ceceña, têm a particularidade de aparecer as vezes como mobilizações pelos direitos civis, usam uma estratégia variada, onde a intervenção de caráter multidimensional engloba todas as dimensões da vida social e do território com a ideia de combinar simultaneamente todos os mecanismos, sem descanso (Ceceña, 2018).

Os pesquisadores venezuelanos Serafino e Vielma ressaltam este aspecto da guerra não convencional que procura adaptar-se a qualquer condição e/ou cenário do país sitiado e dismantelar qualquer instituição e práticas coletivas que sejam um

obstáculo aos processos de acumulação econômica buscados, inclusive impondo “uma dinâmica da violência cotidiana que é funcional tanto para a globalização neoliberal como para as economias ilegais e o capital estrangeiro “(Serafino, Vielma e Borges, 2018). Esta é a destruição do próprio tecido social, dos laços coletivos, incluindo a promoção do caos e o uso da doutrina do choque (Klein, 2007).

Recordemos de que, na longa história do processo bolivariano, o povo e seu governo sofreram todo tipo de ataque dos capitalistas internacionais e da oligarquia local. De certa forma, todas as táticas aplicadas com sucesso em outros países foram experimentadas na Venezuela (Stédile, 2017). Desde o golpe tradicional em 2002, que afastou apenas por alguns dias Chávez da presidência, como tentar a sua eliminação física, como no caso de Torrijos com a evidência atual que sua doença foi induzida. A partir da promoção de chantagem econômica, a escassez de produtos básicos e a crise econômica – como foi feita para desestabilizar o governo de Allende no Chile, entre outros casos –; até mesmo o uso de violência, guarimbas e assassinatos seletivos para gerar medo e terror, como foi usado no caso da Ucrânia. E agora o bloqueio econômico, financeiro e comercial; de forma semelhante que foi implementado com o Irã, entre outros (Stédile, 2017). Na experiência venezuelana essas táticas falharam contra a força e convicção demonstrada pelos setores populares e, com o governo aumentando seu apoio eleitoral na última eleição; o que indica quanto o poder popular tem sido a melhor, e única, defesa do processo bolivariano.

Serafino e Vielma, no livro já citado, examinam a partir dessa perspectiva os processos de desestabilização econômica, de guerra econômica, ocorridos na Venezuela desde 2013 e que incluíam o ataque à moeda, a criação de uma moeda paralela, o estímulo à escassez e à inflação, a consolidação de uma sofisticada estratégia de cerco financeiro e sabotagem à distribuição de produtos básicos. A partir de 2015, o bloqueio econômico foi aprofundado com o decreto executivo sancionado pelo presidente Obama que declarou a Venezuela como uma ameaça à segurança nacional e a política externa dos EUA. Processo se intensificou mais a partir de 2017 neste último período de iniciativa democrática. Assim, o governo de Trump estendeu o alcance desses decretos, em agosto do ano passado, adotando pela primeira vez sanções financeiras contra o governo venezuelano que afetam a emissão de títulos e dívidas do estado e da estatal petrolífera (PDVSA); medidas que foram seguidas um mês depois pela União Europeia. Do cerco econômico ao cerco financeiro, o estrangulamento do financiamento internacional buscou forçar a inadimplência do país e de sua grande empresa estatal, motor da economia local. Além disso, o bloqueio econômico promovido pelo governo Trump praticamente paralisou o comércio exterior baseado no dólar ao suspender as contas das empresas estatais venezuelanas nos EUA, inibindo seus depósitos e transações bancárias, impondo sanções aos empresários que negociam com a Venezuela, inclusive, proibindo as empresas de navegação de usar portos venezuelanos. Um bloqueio naval, econômico e financeiro de uma magnitude única na história regional, com o objetivo de derrubar toda a resistência governamental e social.



FOTO: Rafael Stedile



FOTO: Rafael Stedile

Entre guerra e paz: dificuldades internas, experimentos e alternativas

Diante do agravamento do cerco econômico, o governo venezuelano respondeu com novos acordos internacionais sobre o comércio e investimento, particularmente com a China e a Rússia; inclusive, na direção que se propõe a avançar na desdolarização da troca global de hidrocarbonetos. Da mesma forma, em dezembro de 2017, lançou a criptomoeda Petro que, apoiada pelas reservas de petróleo e minerais venezuelanos, buscou recuperar o acesso ao financiamento internacional. Por outro lado, trouxe alívio às finanças do Estado e à economia a relativa recuperação dos preços internacionais do petróleo, a partir de meados de 2017.

Internamente, a crise econômica tomou a forma de inflação, escassez e especulação com suas expressões na extensão de bachaqueo (revenda ilegal de produtos subsidiados) e as longas e prolongadas filas para comprar bens básicos e seus efeitos de privação, inquietação social e emigração. Expressão também da sobrevivência de uma burguesia parasitária, das limitações das políticas públicas e do caráter não resolvido, dependente das importações da economia venezuelana e do peso do dólar no mercado interno. Limites internos que o próprio Chávez já havia assinalado no chamado “Plan de la Patria” quando advertiu que “não nos deixemos enganar: a formação socioeconômica que ainda prevalece na Venezuela é capitalista e rentista” e afirmou a necessidade de superar modelo rentista

petroleiro (Chávez, 2012).

Diante dessas necessidades, a criação em 2016 e a posterior ampliação dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) permitiram, nos últimos tempos, solucionar a “escassez severa que poderia ser sentida nos setores populares” e “aprimorar a rede pública de distribuição de alimentos em um contexto de guerra econômica” (Serafino, Vielma e Borges, 2018). Por outro lado, quando o desenvolvimento dos CLAPs se inscreveu no desdobramento de práticas solidárias e populares diante da crise, longe do clientelismo, potencializou a reconstituição dos laços coletivos que a guerra econômica procura destruir.

Nessa situação, a revolução bolivariana também tem sido fértil na recriação de práticas comunitárias de gestão econômica e política e no desdobramento de um experimento democratizante na vida social. Um de seus melhores exemplos tem sido a construção e promoção de comunas ou o chamado poder comunal. No entanto, segundo Reinaldo Iturriza (que exerceu, entre outros, o Ministério do Poder Popular para as Comunas), no contexto do agravamento da situação econômica, a ideia das forças das comunas, o poder popular, foi perdendo terreno apesar de sua importância na disputa com as forças existentes, salvo algumas exceções (Iturriza, 2017). Por outro lado, a revolução bolivariana também se destacou por promover uma prática que, transcendendo a matriz liberal do Estado, desdobrou a chamada democracia participativa e protagonista; o modo específico de fazer política chavista que,

segundo Iturriza, sem eliminar a tensão entre o topo e a base, promoveu a crescente participação e fortalecimento daquele chavismo popular e intenso.

Nesse sentido, a renovação e aprofundamento do horizonte democrático tem sido uma das contribuições significativas que tanto a experiência bolivariana como a boliviana fizeram com vistas a mudança social, apesar de no último período, as tensões e desconfianças sociais tenderem a reduzir o poder do chavismo (Iturriza, 2018). Situação que não levou ao rompimento da unidade que tem mantido o chavismo como tal, particularmente em tempos de grandes ameaças e confrontos, e do papel articulador que, em relação a esse grupo heterogêneo, tem fortalecido Maduro na presidência. Assim, as medidas adotadas para promover as práticas de uma democracia popular contribuíram para fortalecer o processo bolivariano; como tem feito o uso da televisão e das redes sociais para informar e estimular o debate popular sobre os problemas e desafios da conjuntura; participação popular nas áreas de moradia e escola; e o estímulo da mobilização popular e ocupação permanente da rua e dos espaços públicos (Stédile, 2017).



FOTO: Rafael Stedile

Em foco

No próximo 20 de maio, as eleições presidenciais na Venezuela decidirão mais do que um presidente ou uma direção do governo. A experiência da ofensiva neoliberal na região ensina em que medida os processos de desigualdade social, concentração de renda e recolonização que essa ofensiva promove são acompanhados de restrição da vida democrática e da militarização social. Por outro lado, em face do cerco político e midiático promovido pelas potências dominantes em nível global, uma vitória eleitoral não é suficiente, mas também que está em disputa a interpretação desses resultados, sua legitimidade e validade. Com as eleições, um estágio será fechado, mas não há nada que preveja que o assédio e o cerco que a Venezuela está sujeita terminarão. Neste ponto, a história não está apenas longe de terminar, mas sua resolução permanece aberta para o fazer dos povos.



Para ter mais informações:

Boron, Atilio 2018 “Sabotaje a la democracia venezolana”. Disponível em <http://www.atilioboron.com.ar/2018/02/sabotaje-la-democracia-en-venezuela.html>

Ceceña, Ana Esther y Barrios, David 2017 “Venezuela ¿invasada o cercada?”. Disponível em <http://geopolitica.iiec.unam.mx/node/178>

Ceceña, Ana Esther 2017 “¿Guerra civil en Venezuela?”. Disponível em <https://www.alainet.org/es/articulo/186528>

Chávez, Hugo 2012 *Propuesta del Candidato de la Patria. Comandante Hugo Chávez. Para la gestión Bolivariana socialista 2013-2019* (Caracas: PSUV) Disponível em <http://blog.chavez.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/#.Wt4lZdTwbMw>

González Casanova, Pablo 2002 “Democracia, liberación y socialismo: tres alternativas en una”, en Revista OSAL N° 8, septiembre (Buenos Aires: CLACSO) Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110215062252/ucasanova.pdf>

Iturriza, Reinaldo 2017 “Gobernaciones, alcaldías, poderes fácticos y poder popular”. Disponível em <http://supuestonegado.com/web/governaciones-alcaldias-poderes-facticos-poder-popular/>

Iturriza, Reinaldo 2018 “El futuro del Chavismo: apostar por la hegemonía”. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=238228>

Katz, Claudio 2018 “Trump agrava el atoladero estadounidense”.
Disponível em <https://katz.lahaine.org/trump-agrava-el-atolladero-estadounidense/>

Klein, Naomi 2007 *La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre* (Buenos Aires: Paidós)

Rodríguez Zapatero, José Luis 2018 “Carta a la oposición venezolana y la comunidad internacional”. Disponível em <https://www.aporrea.org/oposicion/n320777.html>

Serafino, William, Vielma, Franco (investigadores) y Borges Revilla, Gustavo (editor) 2018 *Radiografía de un país bajo asedio. La guerra económica contra Venezuela. Registro de los años 2015-2017* (Caracas: Misiónverdad.com)

Stédile, João Pedro 2017 “Somos todos venezuela!”, em Revista Caros Amigos, N° 249, diciembre. Disponível em <http://www.carosamigos.com.br/index.php/revista>

Teruggi, Marco 2018 “A un mes de las presidenciales: los votos en tiempos de guerra”. Disponível em <https://hastaelnocau.wordpress.com/2018/04/22/a-un-mes-de-las-presidenciales-los-votos-en-tiempos-de-guerra/>



FOTO: Rafael Stedile



Tricontinental: Institute
for Social Research *is an
international, movement-driven
institution focused on stimulating
intellectual debate that serves
people's aspirations.*

Tricontinental. Instituto de
Investigación Social *es una
institución promovida por los
movimientos, dedicada a estimular
el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones populares.*

the **trico**ntinental.org